



Ao lado de Eduardo Gomes (E), Casagrande propõe articulação com estados e municípios para combater desmatamento

Relator quer barrar entrada de agronegócio em florestas

Relator da comissão do Congresso sobre mudanças climáticas, o senador Renato Casagrande sugeriu ontem audácia ao governo no

combate ao desmatamento. “Temos que barrar a entrada do agronegócio nas florestas que ainda estão preservadas”, afirmou. **Página 3**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.730 – Brasília, sexta-feira, 14 de dezembro de 2007

Orçamento será votado em fevereiro

Até lá, a Comissão Mista de Orçamento vai realizar, com a participação de todos os setores envolvidos, os ajustes exigidos pela rejeição da CPMF, que significa uma baixa de R\$ 40 bilhões nas receitas da União para o próximo ano



Pimentel, Garibaldi, Chinaglia e Maranhão: mudança no cronograma

O Orçamento de 2008 será votado na segunda semana de fevereiro. A decisão resulta de acordo entre os presidentes do Senado, Garibaldi Alves; da Câmara, Arlindo Chinaglia; e da Comissão Mista de Orçamento, José Maranhão; e o relator da proposta orçamentária, deputado José Pimentel. Reunidos ontem, eles chegaram à conclusão de que não há tempo hábil para se votar o Orçamento ainda este ano devido aos ajustes que precisam ser feitos na proposta, diante do corte de R\$ 40 bilhões referentes aos recursos que viriam da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). **Página 2**

Sarney homenageia Niemeyer, 100 anos

“Um orgulho para o país” – assim Sarney homenageia Oscar Niemeyer, o “poeta das formas”. **Página 7**



Comissão vai discutir situação dos presídios

A Comissão de Direitos Humanos, que ontem debateu a situação de aposentados da Varig, vai discutir na terça-feira a realidade dos presídios brasileiros. **Página 8**



Paim (ao microfone) preside audiência sobre suspensão do pagamento de aposentadorias

Município com reserva pode ter mais dinheiro

Comissão de Desenvolvimento Regional quer garantir prioridade no rateio de fundo do meio ambiente para município com reserva indígena ou parque nacional. **Página 7**

Decisão foi adotada porque não há tempo hábil para votar a matéria em 2007, que precisa passar por muitos ajustes em virtude do fim da CPMF

Votação do Orçamento fica para fevereiro de 2008

O Orçamento de 2008 será votado na segunda semana de fevereiro. O acordo foi feito em reunião entre os presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho, da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), e do relator da proposta orçamentária, deputado José Pimentel (PT-CE).

De acordo com Arlindo Chinaglia, não há tempo hábil para se votar o Orçamento ainda este ano devido aos ajustes que precisam ser feitos na proposta, em razão do corte de R\$ 40 bilhões referentes aos recursos que viriam da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A matéria foi derrubada no Plenário do Senado na sessão deliberativa de quarta-feira, que se estendeu até a madrugada de ontem.

Chinaglia também informou que não haverá autoconvocação do Congresso.

– Entendemos, eu e o presidente Garibaldi, que não haveria nenhum benefício. O melhor é



Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho (E), e da Câmara, Arlindo Chinaglia

votar bem – disse ele.

Os ajustes, observou o deputado Pimentel, precisarão ser feitos em conjunto com os três Poderes e o Ministério Público. Ele explicou que 91% dos recursos do Orçamento se referem a verbas vinculadas, e que o corte de R\$ 40 bilhões terá que sair dos R\$ 129 bilhões de receita discricionária, ou seja, de livre utilização.

Os parlamentares informaram ainda que, apesar do empenho da comissão para “cumprir o ca-

lendário religiosamente”, alguns relatórios setoriais, como o de infra-estrutura, ainda não foram votados. Em entrevista após a coletiva concedida a imprensa, o presidente da CMO, senador José Maranhão, afirmou que a discussão dos relatórios setoriais termina na próxima semana, sem falta.

Maranhão ressaltou que o governo não irá retirar o Orçamento 2008 da pauta do Congresso Nacional.

Garibaldi afirma que não há denúncia contra ele no STF

Em visita de cortesia à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, na tarde de ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou que não é investigado pelo órgão, ao contrário do que foi divulgado pela imprensa. Os jornais de ontem dão conta de que o senador é citado em petição sigilosa que tramita no STF por suposta relação com empresários e servidores de seu estado acusados de desvios no Programa do Leite, programa social que funcionou durante seu governo (1995-2002).

– O Supremo não acolheu nenhuma denúncia. Apenas recebeu do Ministério Público do estado pedido para que o procurador fosse ouvido e pudesse investigar o caso. Isso não se constitui num processo, mas apenas providência de caráter preliminar – disse, esclarecendo que não tratou do assunto na conversa com a ministra.

Segundo informações do jornal *Folha de S. Paulo*, o Programa do Leite teve recorde de distribuição no ano eleitoral de 2002, em que Garibaldi se tornou senador, o

que motivou a criação de CPI no Rio Grande do Norte. Na ocasião, teria havido desvio de R\$ 9,3 milhões na Secretaria de Ação Social, pasta da qual era titular o irmão do senador, Paulo Roberto Chaves Alves. Garibaldi e Paulo Roberto teriam aparecido em escutas telefônicas autorizadas pela Justiça em conversas com pessoas investigadas.

Garibaldi afirmou que, a seu ver, a petição do STF não diz respeito a ele, mas somente a seu ex-secretário.

– O que eu sei é que esse episódio, com relação ao meu governo, investiga a conduta de um ex-secretário que, como ordenador de despesas, resolveu dispensar uma licitação. Em relação a mim, é uma investigação preliminar, não uma denúncia – esclareceu.

Garibaldi voltou a comentar a decisão do Senado que derrubou, ontem, a proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorrogava a cobrança da CPMF. Para o senador, o governo errou ao não ter sido capaz de manter intacta a sua base e ao não ter sido ágil em relação aos entendimentos.

Senado não existe só para discursar, diz presidente

Oito horas depois da derrota do governo na votação da CPMF, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou que rejeitar iniciativas do Executivo é uma prerrogativa do Poder Legislativo, que não existe apenas para discursar. Em entrevista concedida em seu gabinete, Garibaldi disse

que “o importante é que o Senado votou”.

– Porque é importante que o Senado possa votar, e ontem nós votamos. Dizendo sim ou dizendo não, com o governo vencendo ou com a oposição ganhando, o essencial é que se possa deliberar – afirmou o presidente.

Indagado se a derrota do governo com a votação da CPMF torna mais viável agora o envio, pelo Executivo, de uma proposta de reforma tributária, Garibaldi disse que esse ainda parece um objetivo inatingível, embora seja um grande anseio da sociedade e do governo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Garibaldi visita procurador-geral da República

O presidente Garibaldi Alves Filho reúne-se, às 11h, com o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, na sede da Procuradoria Geral. No período da tarde, viaja para o Rio Grande

do Norte, onde participa de atos culturais e políticos em Natal e em cidades do interior. Às 9h, no Plenário, os senadores realizam sessão não-deliberativa, com destaque para intervenções e debates.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Flexa Ribeiro, César Borges, Paulo Paim, Jaime Campos e Mão Santa



João Pedro comemora crescimento de 5,7% do PIB

João Pedro festeja "grande momento da economia"

O crescimento de 5,7% do produto interno bruto (PIB) registrado no terceiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período em 2006 foi comemorado por João Pedro (PT-AM). Segundo números divulgados pelo IBGE, frente aos três meses imediatamente anteriores, a economia do país cresceu 1,7%.

– Estamos vivendo um grande momento de nossa economia – afirmou.

O senador apresentou ainda requerimento de aplausos à Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), pelos seus 25 anos. A entidade privada, sem fins lucrativos, é voltada para o incremento à competitividade de empresas e organizações na região amazônica.

Apresentador de TV divulga livro sobre celebridades

Um dos apresentadores do programa *Hoje em Dia*, da TV Record, Edu Guedes participou ontem da divulgação do livro *Celebridades – Como você nunca viu*. A exposição de fotos que compõem a publicação faz parte da programação da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência e pode ser vista até sábado.

A obra, de autoria do fotógrafo Welison Calandria, é composta por fotos de 34 artistas. A renda arrecadada com a venda do livro será repassada à Sociedade Pestalozzi de São Paulo.

– As fotos estão belíssimas. É gratificante para o Senado poder ajudar uma entidade como a Pestalozzi – disse o presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho.

Casagrande sugere audácia no combate ao desmatamento: governo federal deve se articular com estados e municípios no esforço de preservar os recursos naturais no Cerrado e na Amazônia

Relator quer barrar agronegócio em florestas ainda preservadas

Fiscalização rigorosa visando combater o desmatamento ilegal e estímulo a ações que favoreçam a preservação das florestas. Assim o senador Renato Casagrande (PSB-ES) resumiu o primeiro dos três eixos do seu relatório, aprovado ontem pela Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. Os outros dois eixos dizem respeito

à promoção de fontes renováveis de energia e ao fortalecimento da posição brasileira nos fóruns internacionais.

Também a preocupação com a matriz energética ganhou destaque no relatório. O documento reúne as preocupações de especialistas com os novos investimentos em termelétricas a carvão e apresenta sugestões visando à ampliação de incentivos a fontes renováveis de energia, como a eólica e a biomassa.

Acordos internacionais

O relator destaca que 75% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa decorrem de desmatamentos e queimadas.

– O governo brasileiro tem que ser audacioso no processo de combate ao desmatamento, fazendo articulação com estados e municípios e adotando incentivos a quem preservar os recursos naturais. Temos que barrar a entrada do agronegócio nas florestas que ainda estão preservadas, seja no Cerrado, seja na Amazônia. É questão de colocar até o Exército para trabalhar, se for o caso – afirmou.

Casagrande defendeu a ampliação dos compromissos do país, firmados



Eduardo Gomes e Casagrande (D) em reunião que aprovou ontem relatório final

em convenções internacionais. Ele elogiou a posição assumida pelo ministro Celso Amorim durante o 13º encontro da Conferência da ONU sobre Mudança Climática – que será encerrado hoje em Bali, na Indonésia – de anunciar que o Brasil adotará meta interna de redução de emissões de gases de efeito estufa.

– O Brasil tem responsabilidades menores que os países desenvolvidos, mas, reconhecendo que deve adotar políticas assumidas em foros internacionais, amplia sua responsabilidade e a possibilidade de acompanhamento pelos organismos internacionais.

A comissão deverá ouvir na próxima semana, em audiência pública, os representantes do país no encontro em Bali, conforme requerimento de Casagrande aprovado pelo colegiado.

Realizações

Criada em março deste ano, a comissão realizou 31 reuniões e audiências, nas quais foram ouvidos cerca de 80 especialistas, informou o presidente do colegiado, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO). O relatório final, além de reunir as contribuições desses especialistas, apresenta 37 recomen-

dações aos Executivos federal, estaduais e municipais. Propõe ainda que seja dada prioridade à aprovação de cinco projetos que tramitam no Congresso sugerindo medidas relevantes para reduzir os impactos das mudanças no clima.

Os parlamentares da comissão também apresentaram oito projetos de lei. Entre as medidas

propostas está a que trata da regulamentação dos certificados da redução das emissões, providência essencial para incentivar o mercado brasileiro de créditos de carbono, segundo Casagrande.

Prorrogação

Por iniciativa de Eduardo Gomes e de Casagrande, o colegiado apresentará requerimento à Mesa do Congresso prorrogando os trabalhos até junho de 2008, para permitir que seja dado encaminhamento às recomendações contidas no relatório. Conforme Casagrande, o período será destinado à implementação de uma agenda de contatos com o presidente da República, ministros, governadores e entidades da sociedade.

– O relatório é uma peça articulada, da Câmara e do Senado, com diversas sugestões e a posição política do Congresso. É um manual que vai orientar e dar continuidade aos trabalhos dessa comissão. A prioridade para 2008 será a construção de um arcabouço legal sobre questões relativas ao assunto, com destaque para a aprovação de uma política nacional de mudanças climáticas – explicou.

Relator defende compensação por danos ambientais

Ao comentar as recomendações de seu relatório final, aprovado ontem pela Comissão sobre Mudanças Climáticas, Renato Casagrande considerou que o crescimento da economia e da demanda por energia pode ter impactos negativos sobre o ambiente, mas salientou que os custos para reparar os danos devem ser incorporados aos novos empreendimentos e assumidos pelas empresas.

O senador informou que a comissão vai trabalhar para que sejam aprovados projetos que regulamentem a prestação de serviços ambientais.

– Quer construir termelétrica a carvão? Não tem problema, desde

que haja uma compensação, por essa emissão, com a retirada de gases de efeito estufa em outras atividades. As empresas devem financiar isso, é o custo pelo serviço ambiental. Quem produz mais poluição deve pagar mais.

Casagrande também destacou a proposta contida em seu relatório para que o governo dê maiores incentivos à produção de energia renovável, como a eólica e a biomassa.

– Na área de combustível, o governo deverá dar mais atenção aos programas de álcool e biodiesel, que já são programas de sucesso – comentou.

Para conter o desmatamento e as

queimadas, o senador ressaltou a necessidade não só de se ampliar a fiscalização no país, mas também de se incentivar a população local que contribui para a preservação ambiental.

– Proibir, sem dar alternativa para quem vive na região, não adianta, as pessoas precisam sobreviver. O Brasil precisa fiscalizar e incentivar quem vive na região e preservar os recursos naturais – observou Casagrande.

Na opinião do senador, evitar o desmatamento deve ser considerado um mecanismo de desenvolvimento limpo, ou seja, uma medida geradora de créditos a serem comercializados no mercado de carbono.



Fátima Cleide: Porto Velho deve receber 100 mil novos moradores

CAS vai discutir impactos sociais de usinas em RO

Os impactos sociais, em Porto Velho, da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau serão discutidos em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Requerimento com essa finalidade, de Fátima Cleide (PT-RO), foi aprovado pelo colegiado.

Devem ser convidados para o debate, marcado para terça-feira, os ministros da Educação, Fernando Haddad; da Saúde, José Gomes Temporão; e de Minas e Energia, Nelson Hubner; o prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, e o diretor da empresa Odebrecht Irineu Meireles.

A senadora ressaltou que os impactos ambientais já foram amplamente discutidos pela sociedade e pelos órgãos responsáveis pelo projeto das usinas, mas que os impactos sociais precisam ser debatidos com antecedência. Ela informou ainda que há previsão de que Porto Velho receba 100 mil novos moradores.

Justiça

A CAS acolheu também requerimentos de Ideli Salvatti (PT-SC) com a finalidade de obter esclarecimentos da presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministra Ellen Gracie, e do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, Fernando Luiz Ximenes Rocha, a respeito de denúncia de irregularidades em processo de Roberta Viana Carneiro contra o ex-companheiro, Marcelo Fontenele Maia, acusado de tentar matá-la em 1998. De acordo com as denúncias, os autos do processo estavam arquivados, sem julgamento, no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) desde 2005, quando deveriam ter sido julgados pela 3ª Vara do Júri naquele ano.

Fotos: Geraldo Magela



Simon diz que sempre age de acordo com sua consciência

Para Simon, cartas deveriam ter sido levadas em conta

Dizendo-se machucado por críticas recebidas de parlamentares e de cidadãos, Pedro Simon (PMDB-RS) explicou os motivos que o levaram a propor o adiamento da votação da CPMF, durante a apreciação da matéria, na sessão que se estendeu até a madrugada de ontem.

Na opinião do senador, mesmo tendo chegado na última hora ao Plenário do Senado, a carta dos ministros e a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mereciam ser levadas em conta, em razão da relevância das propostas nelas contidas – de destinação integral dos recursos da CPMF para saúde e de discussão da reforma tributária.

– Em primeiro lugar, eu tenho como norma agir de acordo com a minha consciência, de acordo com aquilo que eu acho que está certo, e não de acordo com aquilo que, politicamente, me deixa bem – disse.

Analisando o histórico das prorrogações da CPMF aprovadas pelo Congresso, desde sua criação, em 1993, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, até hoje, Simon lembrou que em todas as votações de reavaliação da cobrança do tributo o Executivo fez promessas no sentido de implementar uma reforma tributária, que, no entanto, nunca se realizou.

Simon chamou a atenção para o fato de não ter feito apelo, em momento algum, para a aprovação da prorrogação da CPMF.

– Eu fiz um apelo no sentido de pararmos às 10h [22h], sentarmos à mesa e discutirmos. O governo está propondo tudo para a saúde, a vida inteira quisemos isso e não conseguimos – argumentou.

Em discurso aparteado por diversos senadores, Paim rejeita “demonização” de quem votou contra ou a favor da CPMF e defende o entendimento

“Momento é de diálogo em busca do melhor para o país”

Ao analisar a rejeição da proposta que prorrogava a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o momento deve ser de diálogo e respeito, “sem demonizar quem votou contra ou a favor”. A proposição foi rejeitada pelo Plenário do Senado em votação que se encerrou ontem de madrugada.

O senador disse acreditar que, mesmo após os desencontros e discussões gerados com a votação, todos buscarão um entendimento – no sentido de encontrar alternativas à falta dos quase R\$ 40 bilhões que seriam arrecadados com a CPMF –, tendo em vista o que é melhor para o Brasil.

Paim admitiu que a proposta do Executivo, feita pelo presidente Lula, de dirigir todos os recursos arrecadados com a CPMF unicamente para a saúde chegou tarde ao Senado. Em sua avaliação, se a proposta tivesse sido feita

antes, a CPMF teria sido aprovada.

“Ressaca”

Muitos parlamentares apartearam o discurso de Paim para debater o que foi chamado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) de “ressaca”. Ele ressaltou que, em sua visão, a CPMF não será mais discutida e que o governo compreendeu a derrota.

Na avaliação de Heráclito Fortes (DEM-PI), o governo “cometeu um haraquiri”, com arrogância e sem conversar com os senadores. Ele criticou os membros da base do governo, “que não contribuíram para o diálogo”. Cícero Lucena (PSDB-PB) ressaltou que a construção através da unidade é o caminho mais sábio. Idéia semelhante foi defendida por Romeu Tuma (PTB-SP).

Serys Slhessarenko (PT-MT) fez um alerta, dizendo que os parlamentares deveriam ter pensado melhor antes de rejeitar a continuidade da CPMF. Ela acusou

a oposição de impor uma derrota ao governo para “ver depois o que acontece”, frisando que o povo mais carente e necessitado, que precisa de políticas públicas, não pode pagar por isso. Serys defendeu Pedro Simon (PMDB-RS), que propôs o adiamento da votação da proposta na sessão passada e foi duramente criticado. Heráclito Fortes acusou o governo de usar Simon para propor “o que ninguém teve coragem”.

Orçamento

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou declaração do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que anunciou a retirada da proposta orçamentária de 2008 em análise no Congresso para reajustá-la à ausência dos recursos da CPMF. Pela Constituição, explicou Dornelles, é tarefa do Congresso fazer as adaptações ao Orçamento a essa altura.

– Não pode o Executivo achar que o Orçamento é só dele – disse.



Governo e oposição devem negociar, afirma César Borges

ges pela disposição de diálogo e disse que “ninguém morreu” com a rejeição da CPMF.

Dia do Engenheiro

César Borges saudou a passagem do Dia do Engenheiro, comemorado no último dia 11. Ele informou que apresentou projeto autorizando a criação da Ordem Brasileira dos Engenheiros Civis (PLS 708/07) como órgão de representação e fiscalização profissional da categoria.

Saída é viabilizar a reforma tributária, afirma Delcídio

Os governantes e parlamentares devem pensar numa reforma tributária efetiva, afirmou Delcídio Amaral (PT-MS) ao comentar a rejeição da CPMF. De acordo com o senador, o governo “perdeu o momento adequado” de buscar uma saída para a contribuição e o debate sobre o tema tornou-se “muito politizado”. Delcídio considerou difícil a aprovação do Orçamento de 2008, pelo Congresso Nacional, ainda este ano.

A “politização do debate”, segundo o senador, impediu uma avaliação da proposta sob o ponto de vista fiscal, de finanças públicas.

Discussão

O senador disse que as sete horas de discussão no Plenário sobre a CPMF, da noite de quarta-feira para a madrugada de ontem, marcaram “um dia importante” para o Senado Federal. Foram mais de 40

Malta teme prejuízo a emendas parlamentares

O fim da cobrança da CPMF prejudicará as emendas parlamentares que destinam verbas a investimentos municipais. A avaliação foi feita ontem por Magno Malta (PR-ES), para quem a extinção do tributo vai favorecer “quem não gosta de pagar, quem quer se esquivar, quem não quer ser pego, quem quer facilidade para não ser identificado pela Receita”.

Magno Malta também criticou os que votaram contra a CPMF sob o argumento de que agiam “de acordo com as suas próprias consciências” ou de que “não participavam de negociações”.

– Isso quer dizer que aqueles que votaram a favor da CPMF não foram firmes e votaram inconscientes? Votei com a minha consciência e fui firme. Já ouvi outros discursos que não cabem. Aqueles que votaram a favor participaram, então, de alguma negociação? Esse tipo de colocação



Delcídio lamenta politização do debate sobre a proposta da CPMF

senadores que discursaram e debateram a proposta, na sessão que resultou na extinção da CPMF a partir de janeiro de 2008.

Com a derrota, acrescentou Delcídio, a coordenação política do governo federal vai ter de rever a relação com o Congresso Nacional, em especial com o Senado. O parlamentar registrou também que a votação da CPMF gerou divisão na oposição, pois a maioria dos governadores estava a favor da prorrogação do tributo.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o governo federal foi “arrogante e prepotente” nas negociações para a votação da CPMF.



Magno Malta quer saber se, com o fim da CPMF, feijão custará menos

é ofensiva e desnecessária. Não é nem leal. Cada qual tem que votar com a sua consciência – afirmou.

O senador disse ainda que vai acompanhar, nos próximos dois meses, a evolução do preço dos produtos da cesta básica, como feijão e arroz, para constatar se haverá queda no valor dessas mercadorias com o fim da cobrança do tributo, como previam os críticos da CPMF.

Maioridade

Magno Malta anunciou que vai apresentar emenda à proposta que prevê a redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade, quando a matéria, que se encontra na ordem do dia do Plenário, for analisada pelos senadores.



Minas Gerais perderá R\$ 3 bilhões, informa Wellington Salgado

Erraram os que votaram contra, diz Wellington

Wellington Salgado (PMDB-MG) afirmou que os senadores que votaram contra a prorrogação da cobrança da CPMF “erraram, e erraram feio”. O senador observou que o estado que representa perderá R\$ 3 bilhões em recursos arrecadados por meio da CPMF vinculados à saúde.

O parlamentar lamentou que senadores tenham dúvida de documento assinado pelo presidente Lula, minutos antes da votação da matéria, propondo a destinação total para o setor da saúde dos recursos arrecadados com a CPMF. Ele disse que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) agiu acertadamente ao propor a suspensão da votação até que a proposta de Lula fosse analisada – o que não foi, porém, aceito pelos demais parlamentares, que votaram em seguida a proposta.

Preços

Na avaliação do senador, os preços dos bens e serviços não vão diminuir, como alegaram os que se posicionaram contra a CPMF. Ele lamentou também que agora o governo tenha que procurar outra fonte de recursos para as ações financiadas com a arrecadação da contribuição.

Wellington elogiou o governador Aécio Neves, do PSDB, que minutos antes da votação ainda ligava para os outros senadores do estado – Eduardo Azeredo (PSDB) e Eliseu Resende (DEM) – pedindo seus votos.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) observou que Wellington Salgado não deveria revelar conversas que teria escutado.

– Vossa excelência disse que ouviu o governador ligando. Mineiro é discreto – recomendou o senador.

O que representa o fim da CPMF para o país? Para alguns senadores, os pobres serão prejudicados com a falta de dinheiro para saúde e programas sociais. Para outros, sonegadores ganham com a decisão

Valadares teme retorno do Brasil ao grupo de países subdesenvolvidos

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou ontem em Plenário a nova pontuação alcançada pelo Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A mudança coloca a nação pela primeira vez entre os países desenvolvidos. Esse índice, calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU), é utilizado para aferir o grau de desenvolvimento dos países: quanto mais próximo de “1,0” estiver, mais desenvolvido será. O Brasil atingiu “0,8”, que é o nível

menor necessário para que um país seja classificado como desenvolvido.

Valadares disse, no entanto, temer que o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com a rejeição de sua prorrogação pelo Senado na madrugada de ontem, faça o Brasil retroceder ao posto de “nação subdesenvolvida”. Para o senador, o fim do tributo vai prejudicar milhões de pessoas.

– O remédio pode faltar no hospital; a ambulância



Padrão de vida é muito baixo em alguns estados, observa Valadares

pode não ir à estrada por falta de combustível; os atendimentos de hemodiálise podem sofrer um

grande impacto; os exames de laboratório podem sofrer impactos – assinalou.

O senador observou que ainda há estados brasileiros onde o padrão de vida é muito baixo e, por isso, pediu mais investimentos sociais e mais políticas de distribuição de renda.

– É com cautela e preocupação que precisamos receber avanços como o do IDH, de tal forma que possamos reunir a força para lutar para melhorar o que tem que melhorar – afirmou.

Flexa Ribeiro sugere medida para fiscalizar transações

Ao contestar argumento da líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), segundo o qual a extinção da CPMF deverá facilitar a sonegação fiscal no país, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu ao governo a edição de decreto para regulamentar o artigo 5º da Lei Complementar 105/01. Conforme o dispositivo, o Poder Executivo estabelecerá os critérios para que as instituições financeiras informem à administração tributária da União as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços. Com a regulamentação do artigo, a utilização da CPMF como instrumento fiscalizador se tornaria desnecessária.



Flexa acha desnecessário usar dados da CPMF para fiscalização

Flexa Ribeiro criticou ainda Ideli por divulgar resultados apenas parciais da última pesquisa CNI/Ibope, que indicou percentual de 51% de aprovação popular ao presidente Lula. Segundo o levantamento, 69% dos entrevistados manifestaram-se contrários à elevada carga tributária do país.

Acordo teria sido melhor para o país, avalia Valter Pereira

Valter Pereira (PMDB-MS) disse ontem que não tem motivos para lamentar o fim da cobrança da CPMF, mas que um entendimento político entre governo e oposição sobre a matéria teria sido melhor para o país. Ele cobrou uma proposta de reforma tributária do governo e lamentou que o confronto político tenha prevalecido no lugar do entendimento entre os líderes partidários.

– Ninguém aqui ganhou, a não ser as instituições. Ficou muito claro em todo o entreviro que existe aqui um Senado de cabeça erguida, uma bancada que luta em defesa do governo, mas que sabe que é preciso negociar, e uma



“Ninguém ganhou, a não ser as instituições”, frisa Valter Pereira

oposição competente, forte, que precisa ser respeitada – afirmou.

O senador avalia que somente uma “carga tributária civilizada” poderá liberar as forças produtivas para promover o desenvolvimento econômico do Brasil e levá-lo ao patamar dos países mais civilizados.

Extinção do tributo vai beneficiar sonegadores, opina Ideli

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC) afirmou ontem que o fim da cobrança da CPMF, a partir de janeiro de 2008, vai beneficiar apenas os informais, os ilegais e os sonegadores. A parlamentar apontou ainda como consequência da derrota do governo a impossibilidade de o projeto de lei do Orçamento federal ser

votado até o final do ano.

Ideli Salvatti salientou que será necessário buscar soluções para adequar o Orçamento, pois houve uma perda de R\$ 40 bilhões que precisará ser reposta com recursos de outras áreas. Ela assinou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu a ordem de não mexer nas áreas social e de responsa-

bilidade fiscal e em setores que afetem o crescimento do produto interno bruto (PIB).

A senadora informou que nos últimos quatro anos a Receita Federal arrecadou um montante equivalente ao arrecadado pela CPMF graças ao controle da sonegação e da elisão fiscal proporcionado pelo imposto.



Ideli menciona busca de soluções para adequar Orçamento

Governo tem que rever suas contas, afirma Casagrande

O líder do PSB no Senado, Renato Casagrande (ES), afirmou ontem que a derrota na votação da CPMF obriga agora o governo federal a rever suas contas, “fechar para balanço”, com o objetivo de replanejar as atividades para 2008. Ele admitiu que o governo “cometeu equívocos” na condução das negociações.

O senador classificou a sessão que derrubou a prorrogação da CPMF como “de alto nível”, pelo debate acerca da política fiscal do governo Lula. Cabe agora ao Executivo, frisou Casagrande, realizar os cortes de despesas necessários no Orçamento de 2008, para fazer frente à perda da receita da CPMF.

Já a oposição, opinou o parlamentar, terá de “explicar à sociedade brasileira” a diminuição dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Casagrande assinalou que, apesar das divergências, o governo tem o papel de continuar o diálogo com a oposição. O senador afirmou achar difícil que o Congresso Nacional vote ainda este ano o Orçamento federal de 2008.

Novo presidente

O líder do PSB aproveitou para saudar o novo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, e para elogiar a gestão interina do senador Tião Viana (PT-AC) à frente da Presidência da Casa.

– Desejo-lhe sorte. Pode contar conosco para que possamos fazer de 2008 um ano de reinício no Senado, com uma agenda positiva e uma reaproximação com a sociedade brasileira – disse Casagrande a Garibaldi.

O senador homenageou ainda Aldo Gerna, bispo católico do município capichaba de São Mateus que, amanhã, será substituído pelo padre Zanoni Demettino Castro. O parlamentar desejou “sorte e sucesso” ao padre Zanoni, ressaltando que ele terá um trabalho árduo numa região ainda com muitas desigualdades.

Mário Couto diz que senadores foram pressionados

Mário Couto (PSDB-PA) elogiou os senadores que resistiram “às pressões do governo” para que votassem a favor da prorrogação da CPMF. Ele listou os senadores César Borges (BA) e Expedito Júnior (RO), do PR; Mesquita Júnior (AC), Mão Santa (PI) e Jarbas Vasconcelos (PE), do PMDB; Jonas Pinheiro (MT) e Jayme Campos (MT), do DEM; e Romeu Tuma (SP), do PTB.

– Vi o quanto sofreram de pressões de todos os lados e o quanto foram fortes defendendo a sociedade. Houve pressão até o último minuto, mas souberam honrar seus mandatos – afirmou.

As pesquisas de opinião pública, segundo Mário Couto, vinham mostrando que 80% dos entrevistados queriam o fim da CPMF. O senador assinalou que a carga tributária brasileira ainda é muito grande, pois quase R\$ 1 trilhão é retirado anualmente dos bolsos dos brasileiros. Ele disse que, com o fim da CPMF, essa carga foi reduzida em apenas R\$ 40 bilhões, mas deve diminuir ainda mais.

– O governo terá de apren-

Alvaro Dias pede choque de gestão com o fim da CPMF

Com o fim da cobrança da CPMF, exige-se agora do governo federal um choque de gestão, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para isso, segundo ele, serão necessárias austeridade, a realização de uma reforma administrativa e, principalmente, parcimônia nos gastos públicos e estabelecimento de prioridades para aplicação dos recursos.

O senador ressaltou ainda a necessidade de adoção de um modelo tributário que estimule o crescimento econômico, sufocado com tantos impostos.

Para Alvaro Dias, esse era o momento de “sepultar” a CPMF – há equilíbrio fiscal, superávit, a receita extrapolou as previsões para o ano, e existe um cenário internacional de



Geraldo Magela

Agora o governo terá de aprender a reduzir gastos, diz Mário Couto

der a reduzir seus gastos. Só uma faixa presidencial que está sendo confeccionada para o Lula vai custar R\$ 50 mil. Isso a sociedade não quer mais. Fizemos um bem para a nossa nação – comentou.

Em aparte, Expedito Júnior observou que quem saiu ganhando foi o povo brasileiro. Ele afirmou que a CPMF até poderia ser mantida se houvesse uma compensação com a redução de outros impostos.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) assinalou que o caos previsto pelo governo não aconteceu. “O mundo não acabou”, destacou. Declarou ainda que a postura coerente de Mário Couto foi determinante na união da bancada do partido contra a CPMF.

Mão Santa afirmou que “o jogo foi bonito; o povo venceu os aloprados e o bem venceu o mal”.



Geraldo Magela

Para Alvaro, o país terá que pensar com visão estratégica de futuro

crescimento econômico sem precedentes. Falta ao Brasil, declarou o senador, pensar com uma “visão estratégica de futuro”.

– Temos que legislar para o presente e para o futuro. E o que queremos? Um modelo tributário definitivo. Vamos acabar com o provisório – disse.

Na opinião do parlamentar, a votação que encerrou a cobrança da contribuição “marcou o reencontro do Senado com a sociedade brasileira” e mostrou a independência da instituição.

Líderes do PSDB e do DEM afirmam que oposição pode negociar proposta de reforma tributária, mas quer ser tratada “com mais respeito” pelo Executivo

Virgílio acusa governo de tentar enganar senadores

A proposta de dirigir todos os recursos arrecadados com a CPMF para a saúde – feita por carta pelo presidente Lula na quarta-feira, durante a discussão da proposta de prorrogação do tributo – chegou tarde e foi uma espécie de “engana-senador”, afirmou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Ele disse ainda que o governo errou “ao tentar colocar companheiros de partido uns contra os outros”.

Segundo Arthur Virgílio, o PSDB está aberto para negociar com o governo uma proposta de reforma tributária, e citou carta elaborada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e divulgada à imprensa dizendo que “a oposição, ao votar contra uma proposta do governo, não fecha os olhos ao interesse nacional”. O senador negou que tenha existido algum acordo para aprovar a CPMF, que,



Geraldo Magela

Não sentamos para negociar com quem nos insulta, alerta Virgílio

segundo ele, foi divulgado por integrantes do governo para desmoralizá-lo.

Disse ainda que a oposição não pode ser estigmatizada como quem tira dinheiro dos mais pobres e deve ser mais bem tratada.

– Lula deve conter seus arroubos, não sentamos para negociar com quem nos insulta – avisou.

Aplausos

Virgílio também apresentou requerimentos solicitando votos de aplauso ao *Diário Tucano*, informativo

das bancadas do PSDB na Câmara e no Senado, por sua milésima edição; ao senador José Agripino (DEM-RN), por ter recebido o título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro; e ao professor Marcos Ávila, distinguido com o título de Doutor *Honoris Causa*, conferido pela Universidade Federal do Paraná e pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

O senador solicitou ainda votos de aplauso à Associação Nacional dos Magistrados pelo lançamento da primeira edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos; ao desembargador Sidnei Agostinho e ao desembargador Jorge Mussi, que tomaram posse como ministros do Tribunal Superior de Justiça; e ao piloto-aviador Ernani Fittipaldi pelo lançamento, no dia 12, do livro *Histórias do piloto e ajudante de ordens de Getúlio Vargas*.

Agripino condena tutela do Executivo sobre partidos

Para o líder do Democratas, senador José Agripino (RN), a grande lição que o governo pode tirar da rejeição da proposta que prorrogava a cobrança da CPMF é que “a hegemonia de um Poder sobre o outro e a tutela do governo sobre partidos de oposição no Congresso Nacional é uma má prática”.

Agripino afirmou que a tramitação da proposta de emenda à Constituição que autorizava a cobrança até 2011 começou na Câmara dos Deputados há meses, mas não houve qualquer tentativa de negociação semelhante à proposta na carta encaminhada ao Senado minutos antes da votação – na qual o governo propunha a destinação total do imposto para a área da saúde ou sua prorrogação por apenas um ano.

– A barganha, lá, foi a presidência de Furnas [Centrais Elétricas], oferecida ao PMDB, que tinha a relatoria da matéria – destacou.

O líder disse lamentar que o governo tenha insultado seu partido, insinuando que seus integrantes eram sonegadores.

– É uma prática condenável o desrespeito a um partido de oposição. Para que o interesse nacional seja colocado na mesa de negociação é preciso respeito entre as partes. Do meu partido pelo governo existe respeito. Queremos respeito recíproco.

Agripino condenou ainda a ameaça do governo de compensar o fim da CPMF com o aumento da alíquota de outros impostos. Para que a oposição possa se sentar à mesa de nego-



Leopoldo Silva

Agripino quer clareza nos dados sobre excesso de arrecadação

ciação de uma eventual proposta de reforma tributária, insistiu, é preciso que o governo divulgue com transparência os números sobre o excesso de arrecadação, para ver onde serão necessários ajustes.

– A reforma tributária é a toalha da mesa de negociação – comentou.

O parlamentar defendeu uma melhor avaliação da qualidade dos gastos governamentais, criticando a criação da TV Pública, da Secretaria de Ações de Longo Prazo e de 26 mil novos cargos públicos.



Geraldo Magela

Heráclito afirma que governistas também votaram contra a CPMF

Para Heráclito, houve tentativa de dividir a oposição

O governo federal “não jogou de maneira honesta ao tentar dividir a oposição” para conseguir aprovar a prorrogação da CPMF, disse Heráclito Fortes (DEM-PI).

– Nós vimos uma seqüência de erros que culminou com a votação da proposta. O governo sem querer dialogar, querendo empurrar goela abaixo a renovação de uma contribuição que ele próprio, no início da gestão do presidente Lula, comprometeu-se a rever. Depois, nunca mais deu a menor satisfação aos partidos – afirmou.

Segundo o senador, a derrota do governo na votação da CPMF foi devida a senadores da base governista que acabaram votando contra a prorrogação.

– Não era muito melhor ele ter procurado saber que problemas tinha com a própria base do que ir mexerica na vida alheia? O que é que ele queria com os senadores da oposição? Desmoralizá-los? Por que não procurou um entendimento? Porque tudo o que se queria era clareza na aplicação desses recursos, coisa que não há – assinalou.

Para Heráclito, a reforma tributária é tema importante que precisa do empenho do governo. Ele classificou o fim da CPMF como “derrota pedagógica”.

– Cabe ao governo agora o ônus de ajustar o seu Orçamento com uma definição clara daquilo que vai fazer em termos de corte de despesa. Cabe ao governo apontar a possibilidade de se aumentar receita por meio de algum instrumento. E cabe ao governo, naturalmente, uma redução no ritmo de alguns programas na área de infra-estrutura e na área social – disse.

Sarney presta homenagem a Niemeyer, o "poeta das formas"

O senador José Sarney (PMDB-MA) homenageou o arquiteto Oscar Niemeyer, que completará 100 anos amanhã, dia 15. Para ele, o arquiteto, que projetou edifícios construídos no mundo inteiro, "é um orgulho para o país".

Sarney afirmou que, infelizmente, as artes brasileiras não são muito conhecidas no mundo, exceção feita às obras de Niemeyer, a quem chamou de "poeta das formas" cuja obra "passou pelo julgamento do tempo".

– Niemeyer é hoje universalmente considerado o maior arquiteto do mundo contemporâneo. Sua obra é toda feita dessa gestação de formas e espaços. Ele incorporou Brasília ao imaginário do nosso tempo.

Em homenagem ao arquiteto, será sancionado hoje pelo presidente Lula projeto de Sarney, apresentado a pedido de Niemeyer, que cria o Conselho Federal e



Oscar Niemeyer completa 100 anos amanhã, 15 de dezembro

os conselhos regionais de Arquitetura.

O senador declarou sentir orgulho por ter integrado a diretoria da Fundação Cultural de Brasília, no governo Jânio Quadros, ao lado de Niemeyer. Lembrou que, quando ocupou a Presidência da República (1985-1990), convidou o arquiteto para realizar novas obras na capital.

Na quarta-feira, Expedito Júnior (PR-RO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentaram requerimento de voto de aplauso a Oscar Niemeyer.



Milito Gueiros vai para a Jamaica. Jorge Geraldo Kadri, para a Guiné-Bissau

Comissão concorda com nomes indicados para duas embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação dos diplomatas Alexandre Rubem Milito Gueiros e Jorge Geraldo Kadri para os cargos de embaixador do Brasil na Jamaica e na Guiné-Bissau, respectivamente. As mensagens vão agora a Plenário.

Alexandre Milito Gueiros disse que o comércio do Brasil com a Jamaica está em expansão. Ele informou que a Jamaica apóia a pretensão brasileira de ter assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Jorge Geraldo Kadri lembrou que a Guiné-Bissau, país de língua portuguesa,

é um dos mais pobres da África e enfrenta instabilidade política e tráfico de drogas. Segundo disse, há campo para a cooperação do Brasil na construção de pequenas hidrelétricas e em fábricas de beneficiamento do caju.

Ao abrir a reunião, o presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), manifestou desapontamento com o que classificou de desatenção do Ministério da Defesa em relação aos pedidos de informações, não respondidos, sobre o voo da FAB que levou de volta a Cuba dois boxeadores que desertaram durante os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo muda a prioridade para aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente

Município com parque pode receber mais de fundo do meio ambiente

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem mudanças na Lei 7.797/89 para que recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente sejam aplicados prioritariamente em municípios, das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que tenham mais de 25% de suas áreas dentro dos limites de parques nacionais ou de reservas indígenas.

No substitutivo apresentado ao projeto de lei (PLS 320/05) de autoria do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), o senador Jayme Campos (DEM-MT) incorporou proposta de João Pedro (PT-AM) para beneficiar também municípios situados em sub-regiões estagnadas ou de baixa renda, segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, ou que apresentem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao observado no Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível.

Ao apresentar o substitutivo, Jayme Campos ressaltou os impactos socioeconômicos causados nos municípios pelo estabelecimento de parques



Jayme Campos (D), ao lado de Flexa Ribeiro e Cícero Lucena, apresentou substitutivo ao projeto

nacionais em seus territórios.

O relator lembrou que Papaléo Paes, na justificação da proposta, afirma que poucas atividades econômicas que levariam à geração de emprego e renda podem ser desenvolvidas dentro das áreas dos parques, já que modificações ambientais e a interferência humana direta são proibidas para que essas áreas sejam preservadas integralmente. Os mu-

nicipios não podem, por exemplo, implementar a exploração direta dos recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal.

O acesso aos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, segundo argumenta Papaléo Paes, permitirá que esses municípios desenvolvam atividades econômicas sem agredir a natureza e que a população seja beneficiada.

Aprovadas ZPEs em Anápolis, Várzea Grande e Jaguarão

Foram aprovados ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo pareceres favoráveis aos projetos para criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) em Anápolis (GO), Várzea Grande (MT) e Jaguarão (RS). As propostas serão agora examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação terminativa.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) informou que, pelo fato de tramitarem conjuntamente dois projetos idênticos para a criação de uma ZPE em Anápolis – um da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e outro do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) –, optou por acolher em seu parecer o que foi apresentado primeiro, o PLS 394/07. A proposta de Lúcia Vânia foi apresentada no dia 3 de julho de 2007, enquanto o PLS 534/07, de Marconi Perillo, começou a tramitar em 6 de setembro também deste ano.

Ao defender a ZPE de Várzea Grande, seu autor, Jayme Campos (DEM-MT), afirmou que o município é o segundo maior do estado com vocação econômica para as atividades desenvolvidas nessas zonas.

Quanto à ZPE de Jaguarão, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ressaltou que o projeto visa criar instrumentos para a reativação da economia do município e da metade sul do Rio Grande do Sul.

Por sugestão da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), a presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo iniciará gestões junto ao presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para acelerar a tramitação dos projetos.

Lúcia Vânia faz balanço positivo da atuação da CDR em 2007



Lúcia Vânia ressaltou os projetos aprovados e os debates ocorridos

A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirmou que o colegiado tem assumido o papel de interlocutor do Executivo, nas questões legislativas e orçamentárias, e de segmentos organizados do turismo ao encaminhar suas demandas.

Ao apresentar o relatório das atividades da comissão em 2007, Lúcia Vânia ressaltou a aprovação de proposta para diminuição das desigualdades regionais. É o caso, disse, dos projetos de lei complementar que recriaram a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A senadora também citou o debate sobre o projeto que institui a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco).

Lúcia Vânia destacou ainda a discussão sobre os fundos constitucionais de financiamento do Nordeste e do Centro-Oeste e de criação de zonas de processamento de exportação, além de audiências públicas e da Semana Nacional do Turismo.

Foi aprovada ainda audiência sobre os desafios para a realização, no país, da Copa do Mundo de 2014.

Requerida pelo presidente da CDH, Paulo Paim, audiência pública discutirá atos ilegais praticados no sistema prisional, como encarceramento de mulheres ou adolescentes em celas com homens

Comissão de Direitos Humanos debate situação de presídios no país

Atos ilegais praticados no sistema prisional, como colocar mulheres ou adolescentes juntamente com homens na mesma cela, serão discutidos em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na próxima terça-feira, às 9h. Requerimento com essa finalidade, apresentado pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem.

Para explicar a situação em que se encontram as penitenciárias, Paim sugeriu que fossem convidados, entre outros, o ministro da Justiça, Tarso Genro, que, conforme o senador, teria reconhecido que o sistema prisional brasileiro está falido.

A iniciativa teve origem, afirmou Paim, em denúncia, feita por carta, de que na cadeia pública do município de Itarema (CE) duas mulheres estão presas na mesma cela com 30 homens. O denunciante – que teve seu nome e a entidade a que pertence preservados pelo senador – informou ainda que naquela cadeia estiveram presas três mulheres – uma delas, que já está



A realidade dos presídios deve ser analisada pela comissão na terça-feira

em liberdade, foi presa por furto e lá ficou por três anos. Em relação às outras duas, contou Paim, uma delas está na cadeia há oito meses, acusada de tráfico de drogas, e a outra, há seis meses, por furto.

O presidente da CDH enfatizou que devem ser adotadas medidas urgentes para resolver o problema, uma vez que a situação foi denunciada em carta datada de 20 de novembro. Paim disse que o governador do Ceará, Cid Gomes, garantiu já ter tomado as providências cabíveis.

O senador informou que também recebeu denúncias – incluídas no relatório do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) – de que existem adoles-

centes presos em celas com homens adultos em 17 estados brasileiros. Segundo o Conanda, o maior número de menores presos em locais inadequados ocorre em Minas Gerais, seguido pelos estados do Paraná e de Goiás. Paulo Paim afirmou que um representante do conselho também será convidado para se pronunciar em audiência pública.

O senador Flávio Arns (PT-PR) pediu que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República faça um levantamento da situação dos presídios brasileiros e adote as providências necessárias com a finalidade de resolver os casos denunciados e impedir que novos aconteçam.

Hanseníase

Arns também informou que, de acordo com o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Mohan), das 5.500 pessoas que ficaram isoladas em hospitais-colônia e que têm direito, conforme a lei, a uma pensão mensal de R\$ 750, apenas 40 estão recebendo o benefício.

Senadores podem se reunir com advogado-geral da União

Uma comissão formada por senadores e representantes de funcionários da aviação civil beneficiários do Fundo Aerus de Seguridade Social vai tentar marcar uma audiência com o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli. O objetivo do encontro é discutir uma solução que permita ao fundo receber a metade dos R\$ 6 bilhões devidos pela União relativos ao congelamento de tarifas da Varig.

A sugestão, feita pelo senador Flávio Arns (PT-PR), foi aceita pelos participantes da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos. Em entrevista à Agência Senado, Arns explicou que será apresentada uma carta-síntese ao advogado-geral relatando as várias dificuldades financeiras por que estão passando os beneficiários do Aerus a partir da intervenção.

– Pode haver acordo e queremos garantir que os R\$ 3 bilhões sejam destinados diretamente ao Aerus – explicou o parlamentar.

Ainda na audiência de ontem da CDH, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que o colegiado marque também um encontro com a relatora do processo no Supremo Tribunal Federal, ministra Carmen Lúcia. O objetivo é pedir agilidade no julgamento do recurso extraordinário que vai garantir o acordo para a liberação dos recursos.

Tuma pede que Pronasci não sofra restrições orçamentárias

Ao comentar a incorporação das atrocidades e da violência no cotidiano dos brasileiros, devido à falta de uma política efetiva de segurança pública no país, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) pediu ao presidente Lula que não determine restrições orçamentárias ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Segundo Tuma, “apenas com a certeza da punição o império da lei poderá deter a escalada criminosa no país”. Ele lembrou que a segurança pública é um dos temas mais debatidos da agenda política



Tuma: falta uma política efetiva de segurança pública no país

nacional.

Em aparte, Magno Malta (PR-ES) lamentou “a falta de uma central de informação sobre o crime no Brasil”, apontando a ausência de articulação entre as instituições que tratam da área.

Camata registra posse de novo bispo católico

Gerson Camata (PMDB-ES) saudou a posse do novo bispo católico da diocese de São Mateus (ES), dom Zanoni Demettino Castro, em substituição a Aldo Gerna, que ocorre amanhã na catedral da cidade.

O senador elogiou a gestão de Gerna e previu que Zanoni Castro será um substituto à altura. Camata informou que fazia a saudação também em nome dos senadores capixabas Renato Casagrande (PSB) e Magno Malta (PR).

Dom Zanoni, destacou, tem 45 anos, estudou Fi-



Camata informa que dom Zanoni assume diocese de São Mateus

losofia, Letras e Teologia, e foi também professor de Teologia, vigário e assessor diocesano das pastorais da Juventude e Carcerária de Vitória da Conquista (BA).

– Em dom Zanoni Castro, dom Aldo terá um sucessor tão empenhado e tão dotado de perseverança quanto ele próprio na propagação da palavra divina – disse.

Zambiasi saúda os 35 anos da Universidade Luterana do Brasil

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) saudou ontem os “35 anos de sucesso” da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Ele enfatizou que a Ulbra é hoje um dos maiores empreendimentos educacionais brasileiros, com 126 mil alunos matriculados em unidades situadas em várias cidades do Rio Grande do Sul e também nos estados do Tocantins, Amazonas, Pará, Goiás e Rondônia.

O senador recordou que tudo começou com a criação, no Colégio Cristo Redentor, da Faculdade de Administração, que iniciou suas atividades em 16 de



Ulbra tem hoje 126 mil alunos em seis estados, frisa Sérgio Zambiasi

agosto de 1972, com uma única turma. A sede da Ulbra fica em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. Zambiasi parabenizou vários professores e administradores da escola, entre eles o reitor Rubem Becker.



Paim (C) dirige reunião sobre suspensão de pagamento de aposentadorias

Beneficiários do Aerus querem acordo urgente com Executivo

Representantes de funcionários da ativa e de aposentados da aviação civil, que recebem benefícios do Fundo Aerus de Seguridade Social – sob intervenção da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) –, relataram ontem a grave dificuldade financeira por que passam. Eles pediram um acordo urgente com o Poder Executivo para resolver o problema dos trabalhadores do setor.

O comandante Elnio Malheiros, da Associação de Pilotos da Varig (Apvar), denunciou que a intervenção foi decretada para impedir que os trabalhadores da antiga Varig pudessem sacar suas poupanças e investir num plano para salvar a empresa da falência. A procuradora da Comissão dos Aposentados do Transporte Aéreo e Atividades Afins, Cristina Dornelles, informou que cerca de 8 mil aposentados estão sem receber os benefícios.